

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APÓIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA

ESTUDO COMPARATIVO DAS RELAÇÕES FAMILIARES E DE
VIZINHAÇA EM DOIS ASSENTAMENTOS DO INCRA NO SUL DO
AMAZONAS

BOLSISTA: Larissa Vitor do Nascimento, CNPq

MANAUS

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APÓIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL
PIB-H /0085/2011
ESTUDO COMPARATIVO DAS RELAÇÕES FAMILIARES E DE
VIZINHANÇA EM DOIS ASSENTAMENTOS DO INCRA NO SUL DO
AMAZONAS

BOLSISTA: Larissa Vitor do Nascimento
ORIENTADOR(A): Raquel Wiggers

MANAUS
2012

RESUMO

Estudo comparativo das relações familiares e de vizinhança em dois assentamentos do INCRA no Sul do Amazonas

Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar as formas de organização familiar e vizinhança nos assentamentos Santa Maria Auxiliadora e Santo Antônio do Matupí, ambos situados no Sul do Estado do Amazonas. O primeiro assentamento trata-se de uma comunidade onde houve em seu processo histórico a implementação de um assentamento do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no ano de 2009. Este assentamento tem em seu regime o projeto agroextrativista (PAE). O segundo assentamento Santo Antônio do Matupí é um assentamento clássico (PA). Com o acompanhamento da Professora Doutora Raquel Wiggers, conseguimos a inserção no campo, fazendo entrevistas com os moradores da comunidade, bem como anotações em questionário aberto, coletando relatos dos mesmos, buscando conhecer as formas de produção do trabalho, a história da comunidade, o cotidiano das famílias, entre outros diversos assuntos que foram descritos no caderno de campo por meio de perguntas abertas e preenchimento de questionário. Através dos estudos sobre comunidade e a própria experiência na comunidade Santa Maria Auxiliadora obteve-se o resultado de uma análise de diversas naturezas, conseguimos coletar informações sobre as relações familiares através do uso dos mapas de genealogia, assim como um mapa amador feito pelo pesquisador das localizações das casas e suas famílias, a fim de conhecer e compreender as formas de relacionamento das famílias, parentes e vizinhos. Entretanto no assentamento Matupí a pesquisa teve como maior foco a relação dos assentados com a floresta e o que decorre desses envolvimento em relação às políticas do Governo na atuação dos assentamentos do INCRA.

Introdução

Este relatório refere-se a um estudo sobre dois assentamentos do INCRA e visa investigar e comparar as formas de organização familiar, relações de vizinhança e modos de ocupação territorial entre elas. O primeiro assentamento investigado foi o Santa Maria Auxiliadora, que é um assentamento classificado como PAE (projeto de assentamento agroextrativista), onde, de acordo com as informações do INCRA são projetos de assentamento que visam promover a reforma agrária ecológica, ou seja, regularizando a situação fundiária de populações tradicionais extrativistas, proporcionando-lhes apoio técnico e de infraestrutura, suas atividades são destinadas às práticas do desenvolvimento sustentável. E o segundo assentamento investigado foi Santo Antônio do Matupi, classificando como um assentamento PA (projeto de assentamento clássico) tendo suas áreas destinadas para trabalhadores rurais sem terra a fim de que a cultivem e promovam seu desenvolvimento econômico. Estes conceitos que os assentamentos trazem na apresentação desse projeto são pensados e formulados pelo INCRA e no desenvolver do estudo veremos mais formas de análise que vão melhor esboça-los.

Este estudo que tem como foco dois assentamentos no Sul do Amazonas está integrado a um projeto maior intitulado: Assentamentos Rurais e conservação ambiental no Sul do Amazonas, desenvolvido pelas professoras Dr. Raquel Wiggers, Luciana Braga, Viviane Vidal da Silva e Eulina Nogueira. Este projeto citado é um estudo multidisciplinar, que envolve pesquisadores das áreas da antropologia, educação, biologia e ecologia e será desenvolvido em três distintas modalidades de assentamento rurais, dos quais são: PAE de Santa Maria Auxiliadora, PDS Realidade e PA Matupi. Apenas dois destes, com duas modalidades distintas serão alvo do meu estudo. O enfoque desenvolvido pelas pesquisadoras teve como objetivo compreender as

dinâmicas socioambientais estabelecidas nestes assentamentos de uma maneira sistêmica, levando em consideração suas várias dimensões.

Esta região onde foi desenvolvida a pesquisa agora relatada está situada na porção Sul do Estado do Amazonas, e está inserida no que se considera “arco do desmatamento”, que se estende ao Sul do Amazonas ao oeste do Pará, de acordo com o artigo (O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas, 2005). Este dossiê esclarece que a abertura oficial ou clandestina de estradas é um fator importante para o início de um processo de desmatamento, é através da abertura de novas estradas que permite a expansão humana e a ocupação irregular de terras, e uma possível exploração predatória de madeiras nobres, depois de realizado este processo, a floresta torna-se vulnerável para a exploração, pela agricultura familiar, por pastagens para a criação extensiva de gado especialmente em grandes propriedades, de acordo com o dossiê, sendo este último fator responsável por cerca de 80% das florestas desmatadas na Amazônia legal. Mais recentemente, as pastagens estão dando lugar à agricultura mecanizada, principalmente àquela ligada às culturas de soja e algodão. Vale ressaltar nesta pesquisa que durante a viagem sob a estrada que liga Porto Velho a Humaitá se pode perceber visualmente o grande processo sócio ambiental de que aquela área sofre com o desmatamento, grandes áreas estão descampadas, as maiores estão destinadas à criação extensiva de gado.

Uma das questões mais relevantes desse contexto trata-se sobre o avanço do desflorestamento da Amazônia, principalmente aquelas que estão ligadas às políticas de desenvolvimento na região. O interesse por este assunto encontra-se no questionamento de como os assentados se relacionam entre si e com o meio onde eles vivem, e de como o Estado e suas políticas de uso da terra transmitem significados para essa população,

assim como podem produzir um modo de viver específico e complexo para as pessoas que moram nestes assentamentos.

De acordo com o Wiggers e Silveira (2012) intitulado “Protegendo a Floresta, reconfigurando espaços: assentamentos Rurais e políticas públicas na Amazônia” a regularização fundiária da Amazônia tem sido apontada como uma das principais medidas para conter o avanço do desmatamento, por possibilitar a identificação e a responsabilização dos agentes causadores da degradação na floresta. É através de políticas federais que incentivam a regularização fundiária na Amazônia. Entre eles se encontra o Programa Terra Legal de 2009, onde se pretende entregar títulos a cerca de 300.000 posseiros que ocupam terras públicas não-destinadas. Estas terras não podem ser reservas indígenas, florestas públicas, unidades de conservação, áreas de fronteira, marinha ou reservadas à administração militar (Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011). Assim como o programa Terra legal, no mesmo ano de 2009 é instituída uma lei que tem como plano de ação a prevenção e o controle do desmatamento na Amazônia (PNMC) são apontados como um dos objetivos específicos desse plano avançar na viabilização de assentamentos rurais em bases sustentáveis, no qual se acredita que teria significativas implicações para a redução do desmatamento.

Se tratando das populações tradicionais da região do Amazonas se faz necessário entender como o governo se comporta em relação ao uso do solo do Amazonas, contudo, os problemas que são gerados em decorrência do planejamento que é pensada para essa região, e do aumento populacional na região amazônica que pode ocorrer no âmbito de constituição de cada elemento, onde essas organizações estabelecem relações de poderes que resultam na vida dessas populações, principalmente sobre as forças que estão ligadas as corrente desenvolvimentistas que ocorreram na região. De fato a construção e ampliação das rodovias que foram pensadas como eixos de colonização,

estão cada vez mais se transformando em verdadeiras zonas de conflito de terra, a luta das famílias por busca de terras para morar e produzir para o seu consumo e em contraponto os grandes latifundiários, galgando a exportação de suas produções.

Fundamentação teórica

Os estudos das formas de organização familiar são importantes para compreensão da forma de como os assentamentos do INCRA foram regulamentados, e como eles se organizam na prática vivenciada. As relações familiares, no Assentamento Santa Maria Auxiliadora é a base de sua organização social, por ela ser constituída por basicamente duas famílias que por vezes se encontram, podemos falar também na falta dessa organização entre as famílias do assentamento Matupi. A falta da organização influencia na forma como as famílias se organizam, produzem e reproduzem a vida material. Esperamos nesta analisar o papel das relações de parentesco existentes no processo de implantação dos assentamentos do INCRA.

Os estudos sobre o campesinato clássico (Wanderley, 1996) mostram as relações familiares como parte fundamental para compreensão do modo de vida particular das regiões rurais, visto que o caráter familiar não é um detalhe descritivo nesta pesquisa. Como mostra a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção ela também assume o trabalho no estabelecimento familiar produtivo. Neste contexto em que estudamos a agricultura de subsistência trás características que nos auxiliam entender a relação entre a família e sua forma de uso da terra. Lena e Oliveira (2001) entendem que é uma atividade inserida em um contexto social e cultural complexo, onde através das relações de parentesco, filiações e alianças de matrimônio, possa permitir uma repartição do trabalho e do produto equilibrada.

A análise sobre a formação prévia da região amazônica é fundamental para conhecer os vários pensamentos e ideologias que se inseriram entre as populações que povoam a região e das populações que vieram de outras regiões para povoar, segundo Coelho (2006), o Brasil, e em particular a região amazônica, esteve durante um longo período empenhado em um grande projeto de “conquista da Amazônia”, onde se desenvolveu com o apoio do governo militar a construção de mais de 13.500 km de estradas por todo o vale amazônico, incluindo as rodovias Leste – Oeste (Transamazônica: rodovia que passa pela comunidade Santa Maria Auxiliadora), Norte – Sul (Cuiabá – Santarém) e a Perimetral Norte (envolvendo a floresta pluvial, ao longo das fronteiras com Guianas, Venezuela, Colômbia e Peru).

Vários órgãos foram criados para dar apoio ao governo militar, fornecendo os projetos que visariam o desenvolvimento da região, alguns destes órgãos eram: a SPVEA, atual SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Essas rodovias e órgãos importantes representariam para o governo brasileiro e para a população a ideia de modernização e desenvolvimento, significariam as lutas pelas políticas de integração da Amazônia. A partir disto o governo objetivava reconhecer a necessidade urgente de modernizar a agricultura e criar nas áreas rurais condições favoráveis para esse desenvolvimento, de fato, o Governo Federal, cria estes assentamentos rurais para se adotar uma medida que promova o desenvolvimento nacional, mas em vias concretas, quando vamos a campo e nos deparamos com as condições sociais dos assentados, podemos perceber que o sistema de financiamentos dos diversos órgãos que atuam no desenvolvimento dos assentados, não funciona plenamente, os moradores dos assentamentos tem que esperar muito tempo para poderem receber o fomento para a construção da casa e para comprar de insumos agrícolas, este é um benefício que está

inserido no planejamento do assentamento quando o INCRA o idealiza, e este capital também consta nas contas da união e nos números que evidenciam a melhora da “distribuição de terra” no campo brasileiro, entretanto é realmente difícil encontrar as casas construídas pelos programas de financiamento, assim como os assentados contam com condições básicas precárias de infraestrutura e apoio técnico também precário.

Discussões sobre o aumento populacional no território amazônico são bastante extensas, para muitas pessoas, explica Neves (2006) a Amazônia é uma das últimas fronteiras inexploradas do planeta, de uma vasta e rica natureza que assume grande importância no contexto mundial, porém ela trás essa visão de “intocada” pelo homem desde o início dos tempos, que mais tarde, durante o governo da ditadura militar se apropriou dessa ideia para dar início ao mais recente processo de colonização da região, cunhou-se até um slogan para representar essa ideia, a de que a Amazônia seria uma terra sem gente para uma gente sem terra. Atualmente os assentamentos, enquanto atividades econômicas são implantadas em função dos interesses nacionais e não prioritariamente regionais, e se tratando da Amazônia como uma fronteira agrícola, Léna e Oliveira (2001) caracterizam da seguinte forma:

“Trata-se da integração socioeconômica, no âmbito de uma sociedade nacional, de espaços em geral pouco povoados, cujos habitantes não pertencem à mesma cultura, e/ou apresentam um quadro econômico que difere daqueles que caracterizam as regiões mais dinâmicas do país” (Léna; Oliveira, 1991).

Os assentamentos rurais podem assumir diversos modos de interação entre o homem e a floresta. O assentamento PA Matupí trás em sua característica principal o grande impacto ambiental, decorrente da forma de ocupação dos lotes pelas famílias assentadas. A região tem um dos maiores índices de desflorestamento na Amazônia brasileira, conforme se pode observar nos mapas, o primeiro identifica o projeto do

assentamento Matupi e o segundo é um mapa do Greenpeace que identifica as áreas da Amazônia com suas proporções de desmatamento:

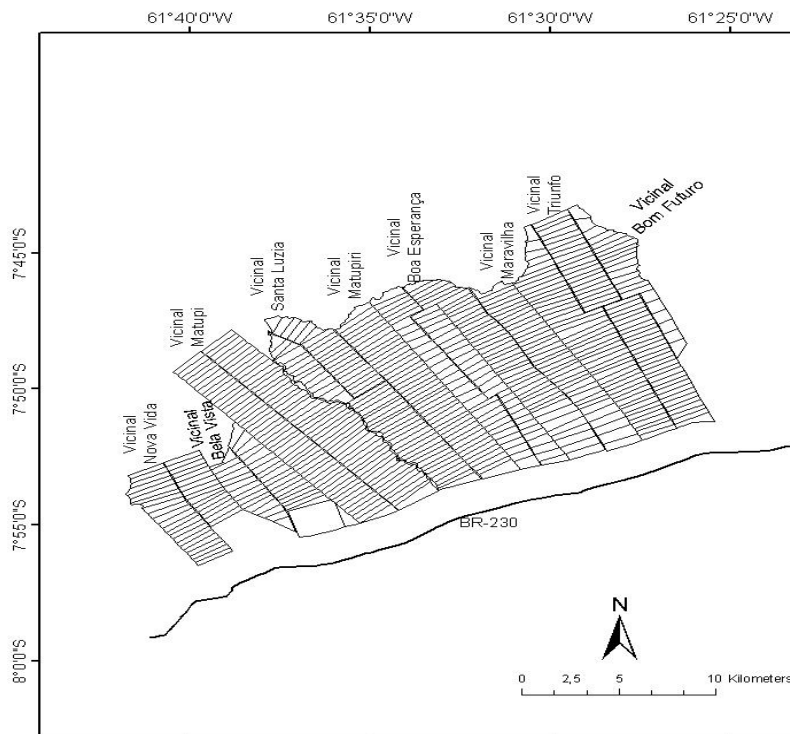


Figura 1: Projeto do assentamento Santo Antônio do Matupi.

Os assentamentos rurais na Amazônia são vistos e formulados pelo Estado como tendo o papel de minimizar o desmatamento, entretanto, em outros momentos, mostram os assentamentos como condição de aliados nos processos desses desmatamentos, e são essas discrepância na atuação da população que são identificadas aqui nessa pesquisa, que serevelao papel da reforma agrária, enquanto objetivo de governo e seu impacto territorial na Amazônia. (Bursztyn; Tourneau, 2010).

Faz-se importante compreender que os assentamentos, em certos momentos podem contribuir com o processo de desflorestamento e também podem assumir um papel de estruturador de uma sociedade, fazendo valer a justiça social que concede a população pedaços de terra onde elas podem produzir e sobreviver. Observamos na região amazônica, em sua totalidade, os vários conflitos que surgem entre a sociedade

local e os interesses de diversos segmentos políticos envolvidos na apropriação econômica dos espaços amazônicos que desenvolve em campo fértil para a violência e conflitos.

O foco no processo do desmatamento na Amazônia está em plena discussão, e chama a atenção das comunidades internacionais, (Silva; Alberto; Carlos, 2010) em seu estudo se discute as causas históricas e presentes do desmatamento na Amazônia, segundo a autora, essas causas podem se desenvolver por diversos motivos, porém, o que está mais em evidencia são os modos que estão frequentemente ligadas às forças econômicas nos âmbitos nacionais e internacionais, que compreendem desde incentivos fiscais e políticas de colonização de governos passados, recorrentes conflitos por terras que não possuem título, colonização pela reforma agrária, e no cenário que está em mais evidencia dos últimos anos, o avanço da exploração madeireira e pecuária. (falta um pouco)

Os assentamentos Santa Maria Auxiliadora e Santo Antônio do Matupi constituem duas formas de criação e implementação distintas, e a organização familiar e também dos modos de ocupação e organização territorial seus núcleos de vizinhança, através destes traços que constituem o processo de entendimento dos objetivos desse trabalho é necessário entender que estes fenômenos estão situados no sul da Amazônia e, com isso, surgem algumas implicações conceituais. A noção do conceito de comunidade é de fundamental importância para que possamos compreender os assentamentos que tem em sua maioria uma população tradicional, a inspiração para as pesquisas que serão realizadas nos assentamentos baseiam-se na literatura antropológica sobre o mundo rural amazônico, principalmente quando abordamos o assentamento PAESanta Maria Auxiliadora. Os moradores deste assentamento representam uma

conquista para aqueles que dependem da terra para sobreviver, representam a importância dos avanços sociais incentivados por forças política da população local.

Os casos estudados:

PAE Santa Maria Auxiliadora

O assentamento Santa Maria Auxiliadora está localiza no entorno da Floresta Nacional (FLONA) Balata Tufari, na porção Sul do estado do Amazonas, às margens do Rio Ipixuna no município de Humaitá. Cerca de trinta e quatro famílias vivem nesta área, que foi constituída pelo INCRA atualmente como um Projeto de Assentamento agroextrativista (Dados de pesquisa de campo, 2011). O local onde estão localizadas as casas das famílias situa-se fora da FLONA. Contudo um fato curioso acontece nesta comunidade, trata-se das placas. O presidente da comunidade moveu uma placa que situa a área da FLONA para a entrada da comunidade, entende-se que esta placa possui um papel social de proteger o assentamento contra possíveis “invasores” degradadores do lugar, já que a FLONA tem como características de proteção ambiental e desapropriação das propriedades particulares.



Figura 2: Placa posicionada na entrada da comunidade, 2011.



Figura 3: placa guardada pelos moradores, 2011.

A área de uso comum dos assentados é destinada ao cultivo agrícola e ao extrativismo das famílias pertence a esta unidade de conservação. Criada pelo decreto [nº 2485](#), de 02/02/1998 a FLONA de Humaitá compreende uma área de 468.790 ha (quatrocentos e sessenta e oito mil e setecentos e noventa hectares). Existem dois meios de acesso a FLONA, por via fluvial e rodoviária: partindo da capital do estado, Manaus, aproximadamente 1000 Km de distância subindo o Rio Madeira e partindo do município de Humaitá (BR-230, Km 20) distante 8 Km da sede do município entre a BR-230 e a margem direita do Rio Madeira.

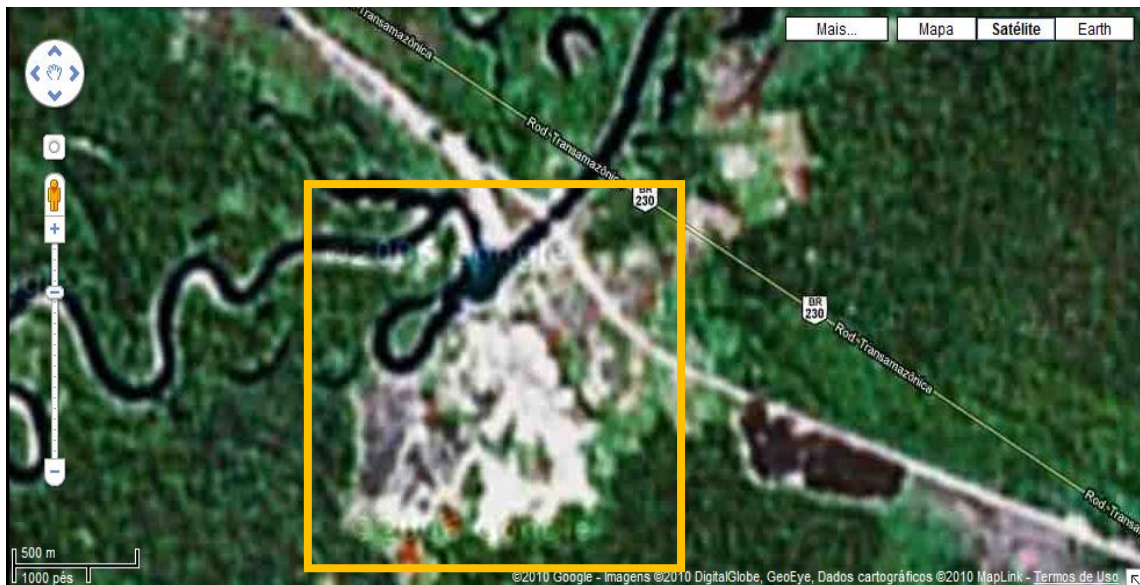


Figura 4: Foto Satélite (Assentamento Santa Maria Auxiliadora).
 Fonte: Google Maps, 2010.



Figura 5: Foto Satélite (Enquadramento da comunidade Santa Maria Auxiliadora em relação à parte parcial da cidade de Humaitá –AM).
 Fonte: Google Maps, 2010.

De acordo com o INCRA os projetos agroextrativistas se constituem como uma modalidade especial de assentamento, onde as atividades a serem desenvolvidas estão baseadas na extração de recursos naturais. Na região Amazônica, em especial nas ilhas do nordeste do Pará, se há grande preocupação com a preservação da floresta, esse tipo

de projeto é desenvolvido levando em consideração as características da população tradicional da região.

No assentamento Santa Maria Auxiliadora, foi possível observar que as famílias são nucleares, ou seja, um casal reside com os filhos solteiros, cada família habita uma casa. No entanto, como as casas são construídas próximas umas às outras. Observando essas dinâmicas familiares, podemos afirmar que a comunidade possui famílias extensas. Percebemos que os casais jovens, geralmente, apenas utilizam suas casas para dormir, destinando as outras atividades diárias como: comer, descansar à tarde, trabalhar, conversar e lazer são realizados nas casas dos pais, onde nesta se reúnem com todos os irmãos casados com seus filhos. Geralmente as casas dos jovens casais são aquelas mais precárias, por ainda estarem no início de seu ciclo doméstico, os pais por vezes possuem uma casa auxílio que se localiza bem perto da residência dos filhos.

O contato estabelecido com os entrevistados nesse assentamento foi realizado diretamente com cada morador no seu local de trabalho ou moradia. Contatamos relatos de vários moradores, entre os principais estão: a família da Dona Cecília e de seu marido Zé Antônio e a família do seu Cachinauá, dona Chiro, Benedita e Edna. É pela linha de descendência da Dona Cecília que se estabeleceu o parentesco entre as pessoas da comunidade. Sua mãe, Tereza Vieira, e seus tios, juntamente com a família do seu Cachinauá, formaram as famílias de onde descendem quase todas as famílias da comunidade.

A primeira família que apresento, representa a família que caracteriza os descendentes de grande parte da população comunidade, podemos perceber três gerações, onde a primeira geração é representada por um casal que não conseguimos identificar os nomes, esse casal constitui os primeiros moradores a se instalarem na região entre as décadas de 1930 e 1940, já na segunda geração, representa alguns dos

filhos do casal acima, filhos estes que moraram e ainda moram na comunidade, alguns já faleceram. A terceira geração desta genealogia representa os descendentes do casal que primeiro se estabeleceram na região e que agora são a famílias líderes do assentamento e são pais da população jovem da comunidade.

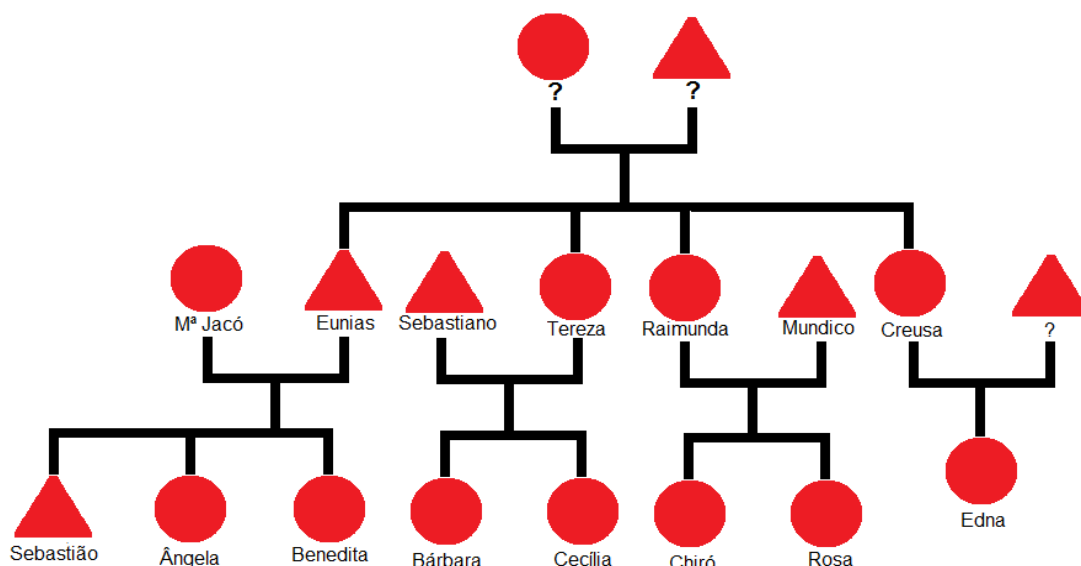


Figura 6: Genealogia dos descendentes da família matriz.
Fonte: Larissa Nascimento, 2010.

A segunda Família, a de seu Manuel, mais conhecido como Cachinauá, ele nos contou que mora comunidade há 20 anos e que esse apelido era do seu tio, em Humaitá ninguém o conhece pelo nome, e sim, somente pelo apelido. Seu Cachinauá saiu de Altamira-PA para morar em Humaitá em 1982. Possui dois lotes na agrovila de 15m x 30 metros e um lote de produção de 500m x 2000 metros, sendo um lote dele e outro do filho, ele planta algumas frutas como açaí, abacaxi, árvores de eucalipto e uma roça com 5700 plantas de mandioca, mas existe também a renda de sua aposentadoria, geralmente ele vai toda semana para Humaitá, pois ele tem casa na cidade, entretanto ele permanece no máximo dois dias na cidade e volta para o assentamento.

Seu Cachinauá veio morar na comunidade porque ele tinha uma sobrinha que já morava, e ela pediu para que ele desmanchasse uma roça de mandioca para fazer farinha, ele veio com a esposa Luiza, mas o casamento não deu certo e se separaram depois de três anos, e logo depois se casou com sua filha de criação, Maria, que é filha da Luiza com outro homem. Seu Cachinauá está construindo uma casa nova no terreno de um filho, ele tem quatro filhos e três filhas que estão assentados na comunidade. Seu Cachinauá conta que se agradou muito de viver na comunidade.

Depois de estarmos alguns dias na comunidade, alguns moradores nos relataram que o conselho tutelar vinha no sábado (dia em que não estávamos) para uma atividade na comunidade. Foram chamados todos os moradores, disseram que houve uma denúncia de abuso sexual e que o seu Cachinauá estava envolvido. Ele separou da primeira mulher, Luiza, e casou com a filha dela, Maria. Quando separou de Maria, sua segunda esposa, os filhos ficaram morando com ele.

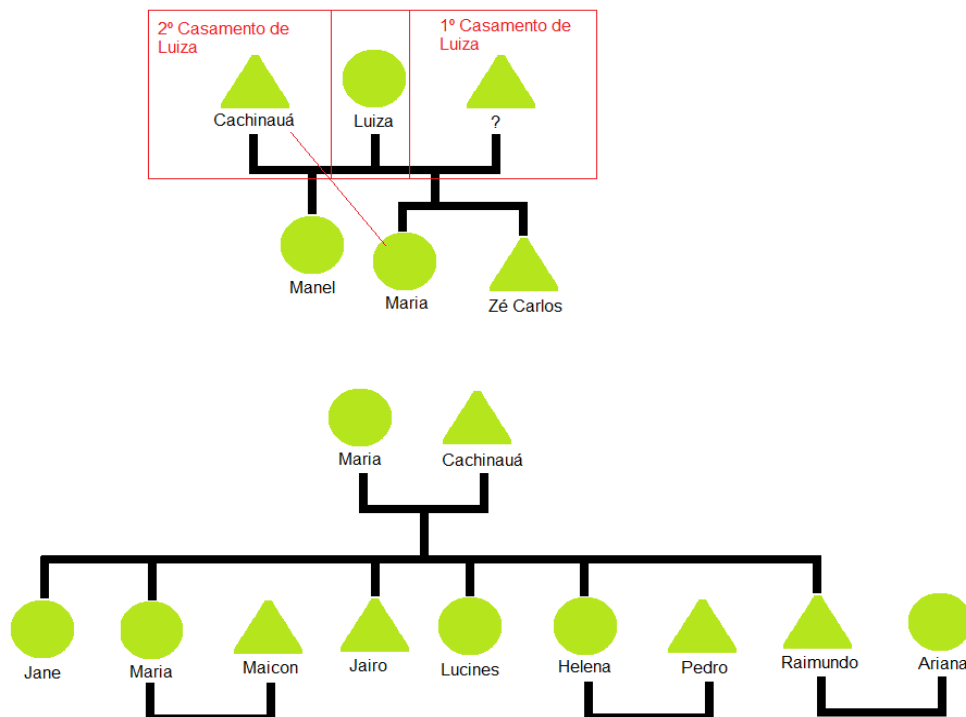


Figura 7: Genealogia da família do seu Cachinauá.
 Fonte: Larissa Nascimento, 2010.

Através de relatos do seu Antônio, marido da Cecília, que atualmente é o representante do assentamento no INCRA e ex-presidente da associação da comunidade Santa Maria Auxiliadora, do qual ele foi presidente por seis anos, nos relatou quem em 1982, época em que o prefeito de Humaitá era o Roberto Rui, A empresa de energia Eletronorte, desapropriou a comunidade para construção de uma barragem, e como parte da indenização recolocou as famílias em outros campos, na estrada de porto velho, perto da balança-postal na entrada de Humaitá. Tais famílias, naquela época, ficaram morando na comunidade e, segundo seu Zé Antônio, quase todo mundo foi embora, apenas algumas famílias não saíram e outros venderam suas terras. Na comunidade, de acordo com seu Antônio, entre 1984 e 1987 a construtora Andrade Gutierrez veio e tirou areia para fazer estrada Manaus-Porto Velho. Tirou tanta areia que mudou o curso do rio, que fazia uma imensa curva. Seu Zé Antônio fundou a associação de moradores da comunidade, e foi presidente da associação por seis anos, até final do ano de 2009. Desde então seu filho Gilmar assumiu a presidência da associação de moradores. No entanto como não mora na comunidade, tudo tem ficado bastante desorganizado no assentamento.

Uma questão conceitual importante é a de se diferenciar os termos comunidade, associação de moradores e assentamento. De acordo com se Zé Antônio comunidade é quando as pessoas estão reunidas, trabalham juntas e lutam pela melhoria do lugar, entretanto a associação de moradores reconhece as pessoas e o assentamento é quando o território da comunidade é reconhecido.

Podemos afirmar através dos atos e gestos dos moradores que os termos Comunidade, Associação e Assentamento são coisas bem diferentes. Uma moradora disse morar na comunidade, não ser assentada, e não fazer parte da associação,

entretanto, Dona Luzia é assentada, pediu inclusão na associação, mas ainda não recebeu a carteirinha e não pertence à associação.

Comunidade é o conjunto de moradores que estabelecem relações de diversas ordens. Associação é o registro em cartório da associação de pessoas moradoras da Comunidade Santa Maria Auxiliadora, sob a ordem de um presidente. E Assentamento diz respeito ao registro no INCRA como assentado, à regularização e a delimitação espacial e registro de terras. São formas organizativas com a mesma base física, mas que não são correspondentes.

A atual presidência da Associação de moradores da comunidade Santa Maria Auxiliadora pertence à Raimunda, sendo que a associação era presidida anteriormente por Gilmar, que teve que sair por ter se candidatado a vereador em Humaitá pelo PT. Tanto Raimunda como Gilmar são filhos de seu Zé Antônio e da dona Cecília. Seu Zé Antônio foi quem estabeleceu junto ao INCRA a iniciativa de implantar o assentamento e presidio à associação por seis anos. Segundo relatos da maioria dos moradores, a associação de moradores da comunidade é uma instituição que durante período da presidência do Gilmar enfraqueceu. Uma das pessoas que defendem essa posição é sua mãe, a dona Cecília, ela nos contou que é casada com o Seu Antônio que é o Ex-Presidente da Associação de moradores e contou que a marido fez muito pela comunidade, que o seu Antônio foi atrás de água e luz para comunidade (Água e luz são benefícios que todos os moradores da comunidade reconhecem como melhoria do assentamento), e que seu Zé Antônio fez a associação e a registrou no cartório. Cecília conta que o marido foi no INCRA e conseguiu empregar pessoas na prefeitura, como a professora da escola da comunidade. De acordo com dona Cecília o seu filho Gilmar, em que no período que chegamos à comunidade era o atual presidente da associação de

moradores não estava fazendo nada para ajudar a comunidade, já que ele e a secretária que é a atual presidente, Raimunda, moram na cidade de Humaitá.

Na época da formulação do assentamento, eram necessárias 100 assinaturas, para pedir para o governo que a comunidade fosse transformada em assentamento rural do INCRA, assim Zé Antônio conseguiu 100 assinaturas, e foi falar com prefeito Roberto Rui. De acordo com seu Antônio, as famílias não tinham terra aqui, e os mais jovens iam para Humaitá para trabalhar, os mais velhos ficavam porque era tradição da família. O processo todo do assentamento foi bom e rápido, foi mandado a solicitação de assentamento no começo de 2003, a resposta veio em começo de 2004. Dona Terezinha (responsável pelo assentamento no INCRA) tem uma parcela de ajuda na formação desse assentamento, sendo ela que tem o poder de destinar as famílias para essas localidades no município de Humaitá.

Entretanto Após a criação do assentamento, seu Antônio reconhece que desde 2009 a comunidade está afundando, e que faltam muitas famílias para morar na comunidade, o assentamento foi aprovado com 38 famílias.

De acordo com seu Antônio quando a comunidade passa a ser associação, passa a ser recurso sendo possível ter uma linha de crédito, por ser credenciados no INCRA e no IDAN. Antes do assentamento eles praticamente eram abandonados e segundo seu Antônio em março a Terezinha, diretora do INCRA, vai colocar muita gente na comunidade. Em 2003 a comunidade foi registrada como associação e no período de 2007 foi aprovado o assentamento. Foi através da aprovação do assentamento que seu Antônio foi atrás de benefícios, trazendo para a comunidade dois projetos.

O primeiro projeto foi o Pronaf B financiado pelo IDAN – 970,00 R\$ pra cada família trabalhar com agricultura para doze famílias com um ano de carência e dois anos pra pagar. O Segundo projeto foi em 2008 e beneficiou com materiais agrícolas vinte e oito

– famílias. Mas seu Antônio relata que inda tem projetos que os moradores não pagaram e a inadimplência atrapalha novos projetos.

Para os moradores da comunidade Santa Maria Auxiliadora o registro feito no cartório para a criação da associação de moradores marca uma nova etapa do ciclo de desenvolvimento da comunidade, é através dele que a comunidade ganha respaldo diante a aos órgãos públicos, principalmente o INCRA para que se fosse implantado a modalidade de assentamento na localidade.

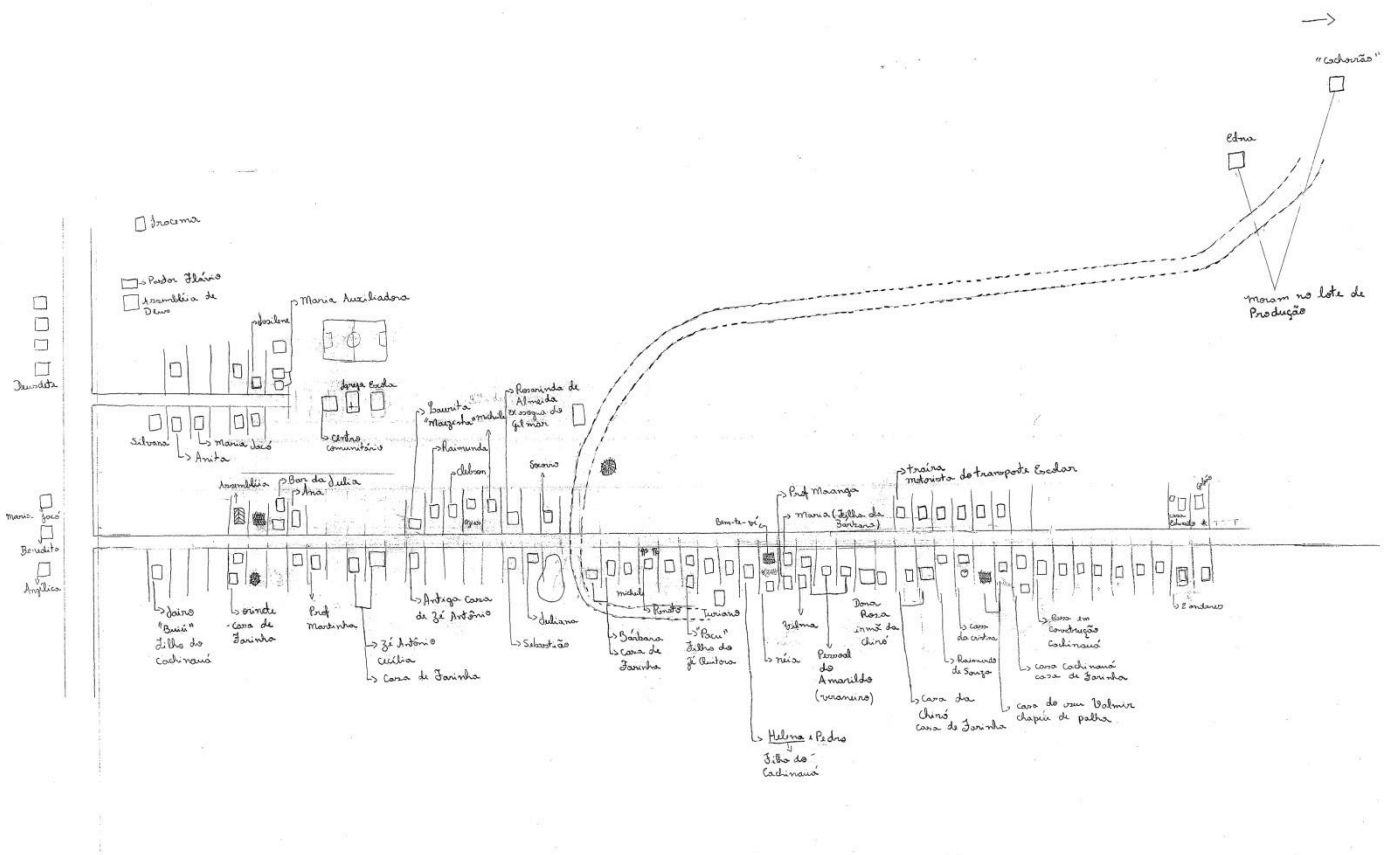


Figura 8: Desenho ilustrativo da comunidade Santa Maria Auxiliadora
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A comunidade é constituída por:

| Quantidade | Tipo de estabelecimento |
|-------------------|---|
| 8 | Casas de famílias que não possuem parentes |
| 30 | Casas desocupadas/ Veranês |
| 8 | Casas da Família da Cecília e do Zé Antônio |
| 27 | Casa de famílias descendentes da família matriz |
| 8 | Casas da família do seu Cachinauá |
| 2 | Igrejas da Assembléia de Deus |
| 1 | Igreja Católica |
| 1 | Bar/Mercearia |
| 1 | Escola Primária |
| 1 | Centro Comunitário/Posto de Saude |
| 8 | Casas que não fazem parte da Comunidade |

Quadro 1: Tipos de estabelecimentos da comunidade Santa Maria Auxiliadora, seguindo os pontos mostrados no desenho ilustrativo da comunidade.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

PA Santo Antônio do Matupi

O projeto de Assentamento do Santo Antônio do Matupi foi criado em 1992, com uma área de 34.889,77 hectares, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o processo de ocupação ocorreu em julho de 1995. O assentamento fica distante 200 km da sede do município de Manicoré, 180km de Humaitá e 250km do município de Apuí. Possui uma capacidade de assentamento de 538 parcelas com aproximadamente 346 famílias assentadas na época de sua implantação (INCRA, 2006). As vicinais¹ são distantes uma da outra aproximadamente 5 km, para se chegar à outra vicinal tem que sair da vicinal de origem e ir até a transamazônica, cerca de 5 km para alcançar a entrada da próxima vicinal. Então o assentamento tem de extensão

aproximadamente 50 km, e cada vicinal tem aproximadamente 15 km de extensão, poucas vicinais são interligadas no extremo contrario á BR.

As entrevistas realizadas em campo ocorreram no período de julho de 2011, e através destas, percebemos um fluxo migratório tendo em sua maioria pessoas vindas das regiões sudeste, entretanto um fator importante a ser analisado na trajetória dos assentados é que a maioria já passou por algum assentamento no Estado de Rondônia. O assentamento Santo Antônio do Matupi é formado por população proveniente de outras regiões do Brasil, caracterizando um processo de colonização da região.

Através de gravações de entrevistas realizado pelas professoras Raquel Wiggers e Viviane Sousa, percebemos que o assentamento Santo Antônio do Matupi foi formado por população colona. Esse processo ocorre na Amazônia percebemos se estabelece de maneira que o INCRA idealiza e cria o assentamento e depois de implementado se chama as pessoas para ocuparem. Algumas pessoas ficam sabendo que o INCRA está distribuindo terras pelas rádios locais e por pessoas que já estão assentadas, todo esse processo esta embutido no pensamento desenvolvimentista do governo brasileiro para a região amazônica.

Lugar de origem

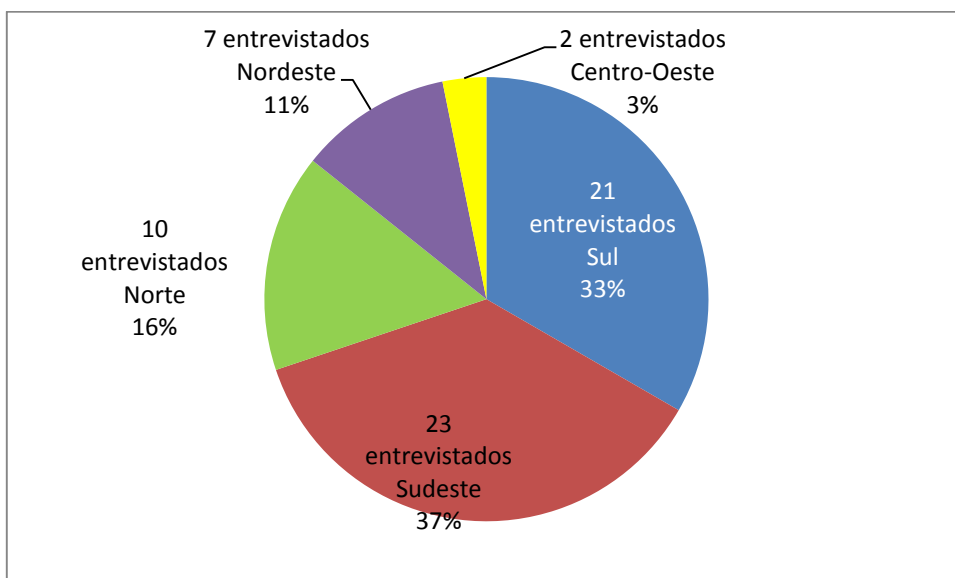


Gráfico 1: lugar de origem dos assentados, 2012.
Fonte: Questionários aplicados no assentamento.

Este gráfico demonstra a origem, lugar de nascença, dos entrevistados no assentamento Matupi, sendo que nasceram no Sul 21 pessoas; no Sudeste 23 pessoas; no Norte 10 pessoas; no Nordeste 7 pessoas e no Centro-Oeste 2.

Esta região onde a pesquisa se desenvolve está inserida no que se considera “arco do desmatamento”, de acordo com o artigo (O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas, 2005), se considera que a abertura oficial ou clandestina de estradas constitui um fator importante para o início de um processo de desmatamento, é através da abertura de novas estradas que irá permitir que se desenvolva a expansão humana e a ocupação irregular de terras e uma possível exploração predatória de madeiras nobres.



Figura 9: Foto Satélite (Assentamento Santo Antônio do Matupi).
Fonte: Google Earth, 2012.

A configuração espacial do desmatamento é conhecida como padrão “espinha de peixe”, relacionado à ocupação de novos migrantes em propriedades rurais, geralmente transformados em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária com a intenção de reduzir a grilagem de terras. (IDESAM, 2008).

Depois de realizado este processo, a floresta torna-se vulnerável para a exploração, para agricultura familiar e para o crescimento de pastagens para a criação extensiva de gado, especialmente em grandes propriedades, de acordo com o dossiê, sendo este último fator responsável por cerca de 80% das florestas desmatadas na Amazônia legal. Mais recentemente, as pastagens estão dando lugar à agricultura mecanizada, principalmente àquela ligada às culturas de soja e algodão.

As relações de parentesco identificado entre os entrevistados em sua maioria acontecem com irmãos, alguns assentados possuem irmãos, que por sua vez também estão assentados e que em alguns casos o irmão que informa ao outro sobre a possibilidade de um lote no assentamento e possível moradia.

Uma hipótese que temos sobre as relações de parentesco no assentamento é de que o irmão indo para a localidade fica mais difícil estabelecer solidariedade. Mas quando vem o pai com vários filhos, a possibilidade de estabelecer comunidade/solidariedade é maior.

Todos os entrevistados dessa vicinal disseram não ter benfeitorias no assentamento, reclamam muito da péssima condição da estrada, não tem energia, nem água encanada, algumas pessoas possuem casa na cidade. As pessoas que tem casa na vila, geralmente, declaram nos questionário que ganham auxílio do governo, como bolsa família, aposentadoria, ou possuem um emprego fora.

As formas de como os moradores escolhem os lotes se configuram de maneiras mais diversas possíveis, geralmente eles obtêm informações de alguém que já mora no

assentamento e que tem lotes disponíveis para venda, ora fazem seleção no INCRA, também ocorre que o proprietário oferece o lote para venda, de maneira que a venda acontece em sua maioria de maneira irregular, sem documentos e garantias, ficando propensa a ação de grileiros e especulação de terra.

Primeiros ocupantes do lote

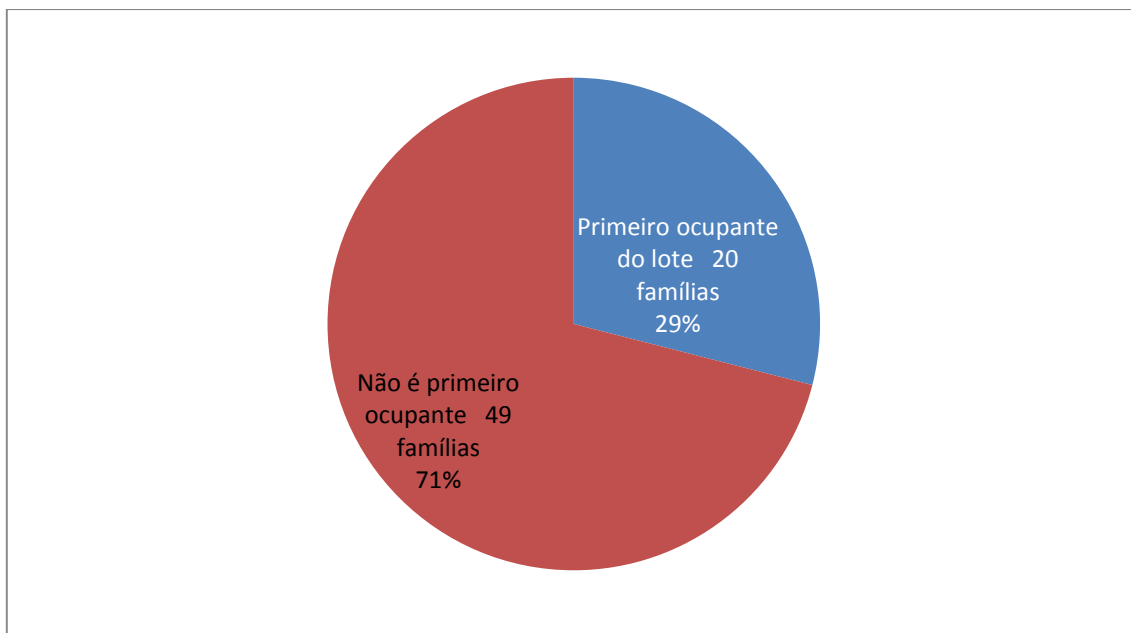


Gráfico 2: ocupações dos lotes, 2012.
Fonte: Questionários aplicados no assentamento.

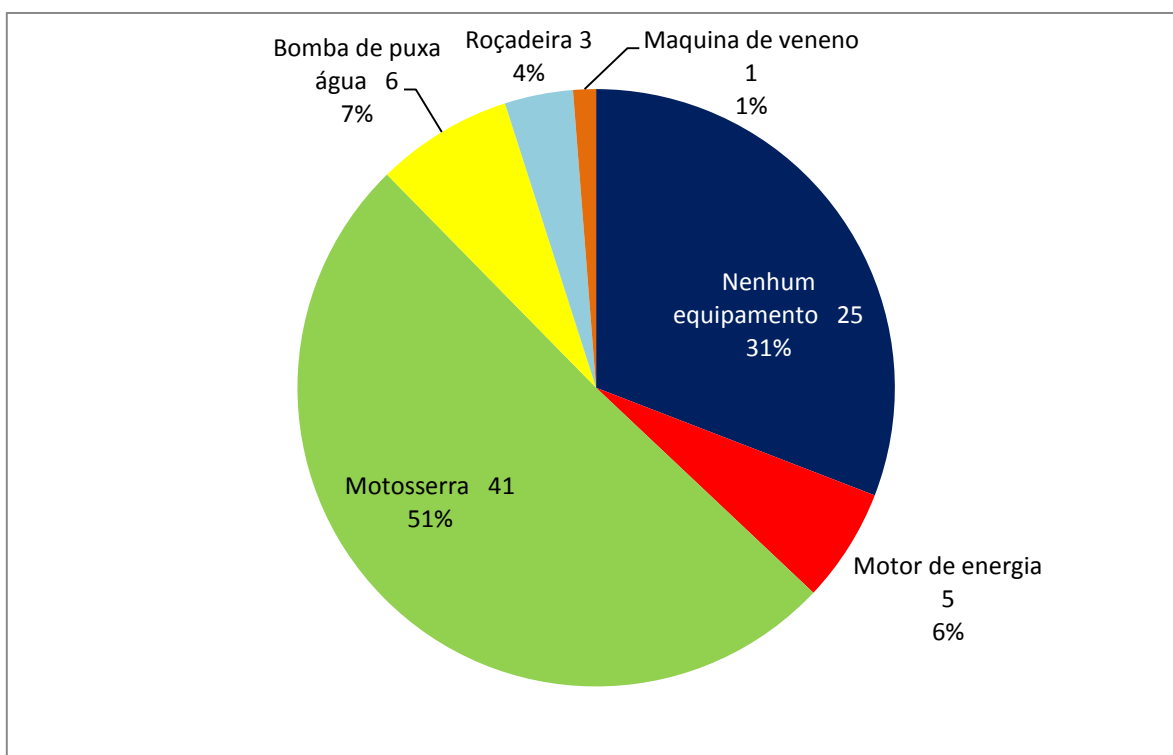
Ficou claro na análise dos questionários que a maioria dos lotes pesquisados não está com o assentado de origem, no entanto há assentados que chegaram desde a criação do assentamento, estes ajudaram a abrir as vicinais e conseguiram escolher os melhores lotes, estes que chegaram primeiro e que conseguiram se estabelecer bem no assentamento estão de certa maneira, vivendo bem e possuem uma produção satisfatória de gado. Os moradores do assentamento Matupi, em sua maioria, não tiveram uma educação básica de qualidade e alguns nunca frequentaram escola, os moradores que frequentaram possuem baixa escolaridade, estes assentados durante a trajetória de suas

vidas sempre trabalharam no meio rural, seja na lavoura, criação de gado, na extração de madeira e seus beneficiamentos ou trabalhando em garimpos.

De acordo com as declarações dos moradores e relatos das pesquisadoras, as vicinais do PA Matupipossui uma infraestrutura que deixa a desejar para eles, as reclamações são sempre de que o assentamento não conta com energia elétrica, água encanada e que as estradas são de barro, outro problema de infraestrutura do lugar é que os assentados não conseguem água em fácil acesso, geralmente eles obtêm águas igarapés, minas e poços rasos, cabendo para os assentados viverem dependendo de cacimbas, buracos na margem do rio, buscando água que é destinada para consumo, esta água pode ser e geralmente é contaminada pelo uso dos animais, sendo assim, a falta de investimento é um fator que dificulta as famílias a possuírem além de uma produção de qualidade uma vida com qualidade. Alguns moradores recebem outros auxílios, como os do governo: bolsa família, aposentadoria etc. Alguma dessas famílias que recebem uma renda extra por vezes mantém uma casa ou barraco na Vila Matupi, tendo como maior motivo o acesso dos filhos a escola.

A cerca e a casa são consideradas para os moradores uma benfeitoria para os assentados, o equipamento que se destaca nas entrevistas são as motosserras, praticamente todos os moradores possuem uma. E este é o único equipamento listado nesta questão. Não há qualquer tipo de roçadeira ou outros motores que colaborem na produção agrícola, nem no conforto para vida familiar como motores geradores de energia elétrica ou poços artesianos.

Máquinas e equipamentos usados pelos assentados



Foi realizadas análises dos questionários e gravações de entrevistas que foram aplicados aos moradores assentamento Santo Antônio do Matupi, nos traz questões que chamam a atenção e que tem como discussão principal em seu desenvolvimento a modificação territorial e a forma sistemática com que mostram os impactos da ação dos assentados sobre a floresta, desta forma, pode-se descrever uma análise diferenciada sobre o modo de vida e o processo de ocupação dos assentados. Para que esta pesquisa fosse realizada, tivemos como fonte de pesquisa, questionários elaborados pela Professora Viviane Vidal Pessoa, colaboradora desta pesquisa e entrevistas e gravações coletadas pela professora Raquel Wiggers, responsável pela orientação deste projeto que traz como tema: Estudo comparativo das relações familiares e de vizinhança em dois assentamentos do INCRA no sul do Amazonas, entretanto me restrinjo aqui a falar sobre o PA Matupi.

Os lotes do assentamento não possuem energia elétrica nem água encanada, cabendo para a parte dos assentados viverem dependendo de cacimbas – buracos na margem do rio de água que é destinada para consumo. Esta água pode ser e geralmente é, contaminada pelo uso dos animais.

As vicinais são distantes uma da outra aproximadamente 5 km. Para ir para outra vicinal tem-se que sair da vicinal de origem, andar até a transamazônica, cerca de 5 km para alcançar a entrada da próxima vicinal. Então o assentamento tem de extensão aproximadamente 50 km, e cada vicinal tem aproximadamente 15 km de extensão, e poucas vicinais são interligadas no extremo contrario á BR.

De acordo com os moradores a terra do assentamento é arenosa e por conta disso, é pouco produtiva para atividade agrícola depois que se retira a floresta. O que exige das pessoas que trabalhem em outras atividades para se manter.

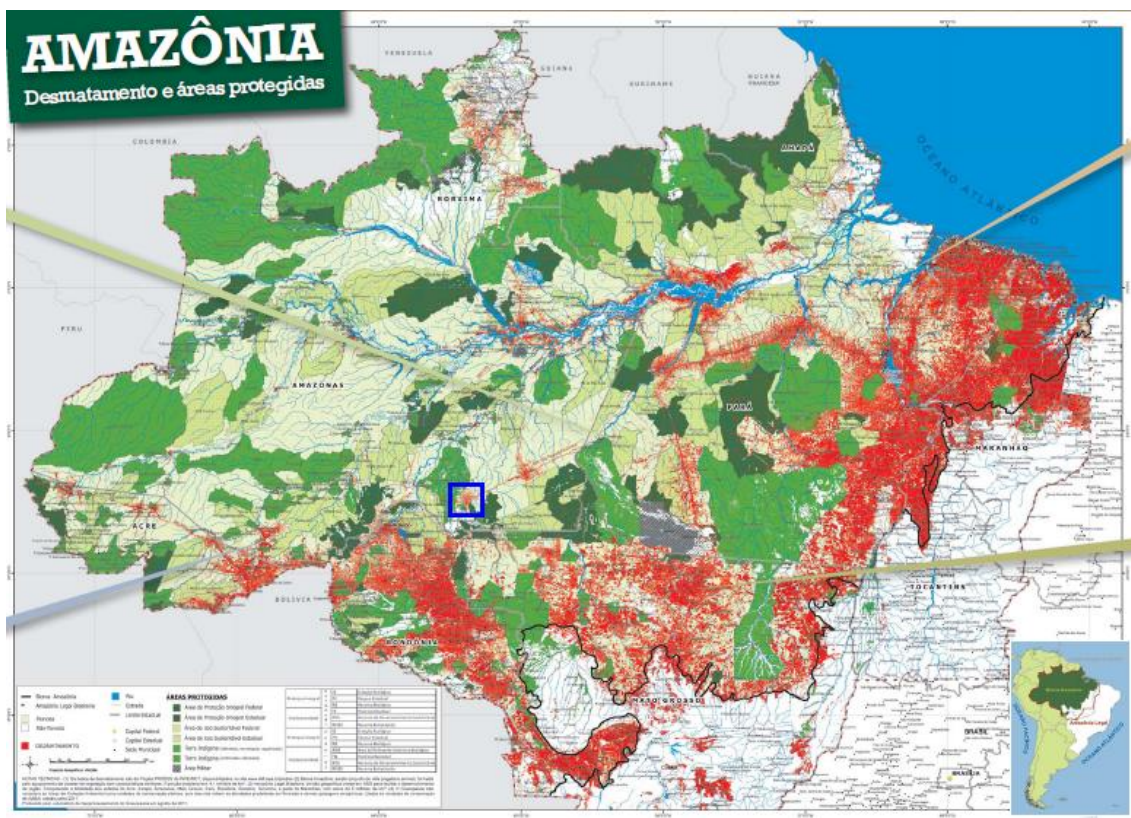


Figura: Mapa do desmatamento na Amazônia.
Fonte: Greenpeace, 2011.

Como falamos anteriormente, esta região onde se estende a pesquisa deste relatório está situada na porção Sul do Estado do Amazonas, e está inserida no que se considera “arco do desmatamento”, que pode ser percebido neste mapa do Greenpeace pelos destaques em vermelho, e na área marcada em azul é onde se localiza o assentamento Matupí.

Metodologia

Na primeira etapa do projeto foi realizada uma parte do levantamento bibliográfico da produção antropológica e histórica sobre as populações tradicionais da região amazônica, políticas territoriais e ambientais. Em série foi realizado o cadastramento e classificação dos dados coletados através das visitas e entrevistas no assentamento Santo Antônio do Matupí realizado pelas colaboradoras do projeto, Pesquisadoras Raquel Wiggers e Viviane Vidal da Silva. A segunda parte do levantamento de dados consiste em pesquisa junto aos órgãos oficiais do Estado e INCRA.

Teremos também como referência meu Relatório de PIBIC sobre as relações familiares e de parentesco na comunidade Santa Maria Auxiliadora. Este Relatório se refere ao meu PIBIC anterior, realizado nos anos de 2009 e 2010, ainda em fase de finalização.

Foi realizado em fevereiro de 2010, a Professora Dr Raquel Wiggers junto a mim, uma pesquisa de campo no assentamento Santa Maria Auxiliadora com o objetivo de entender as relações familiares e de vizinhança e as formas de implementação da comunidade através do papel dos moradores.

As pesquisas que serão realizadas no Assentamento Santo Antônio do Matupi serão realizadas pelas professoras Raquel Wiggles e Viviane Silva por meio de entrevista com os moradores das localidades com o trabalho de campo que foi programado para maio de 2011. As Professoras trabalharam com um questionário semi-estruturado e entrevistas abertas.

O contato com os entrevistados foi realizado diretamente com cada sujeito no seu local de trabalho ou moradia para combinar a realização da entrevista num lugar de sua conveniência. A seleção dos entrevistados será feita por meio da “rede de campo” do antropólogo que, segundo Silva (1998), é “o conjunto de relações sociais que o antropólogo estabelece com as pessoas pesquisadas e que permite a realização do trabalho etnográfico”, constituindo-se como uma estratégia de aproximação. Assim, os contatos já estabelecidos com moradores das localidades fazem parte das relações pessoais dos pesquisadores e as negociações para a realização da pesquisa nos permitem iniciar essa rede que consiste na indicação de pessoas que possam ser contatadas para tornarem-se interlocutores.

No que se tratar de coleta de dados do assentamento Santa Maria Auxiliadora a pesquisadora já apresenta informações, entretanto as informações a respeito do assentamento Santo Antônio do Matupi serão através das colaboradoras dessas pesquisas: Professoras Raquel Wiggers e Viviane Vidal da Silva, pois as mesmas desenvolveram pesquisa no assentamento Santo Antônio do Matupi, assim como reportagens em jornais, mídias televisivas e internet.

Ao longo das análises das entrevistas concedidas pelas professoras colaboradoras, certas dificuldade metodológicas da análise surgem. Enquanto pesquisadora, que analisou os questionários de um assentamento que foi destinado para uma grande produção agropecuária, em certa etapa da pesquisa, me encontro

questionando sobre qual a melhor maneira de perceber as famílias e suas formas de se relacionarem com a floresta. Olhar o número de gados que cada assentado possui foi uma maneira de encontrar uma realidade ideal e também como uma forma de avaliar o grau econômico do assentado e o bem-estar social da família, quero dizer, quanto maior o número de produção maior vai ser a condição de um ideal pra família do lote, olhando de fora, fazendo pesquisa desses questionários se torna difícil saber quem estar bem no assentamento ou não, não sei se analisar a situação financeira é a forma correta de verificar a qualidade do assentamento, este com certeza seria a análise do INCRA para verificar o desempenho do assentamento, mais sei que para além do esperado índice positivo de produção está às madeiras legais e ilegais, a especulação de terra e os conflitos que surgem através destas.

Resultados e discussões

Os assentamentos rurais na Amazônia podem assumir diversos tipos de organizações sociais e familiares, os modos de uso da floresta e seus recursos naturais são particulares das famílias que residem em cada assentamento, seja (PAE) Santa Maria Auxiliadora ou (PA) Matupi.

De acordo com o INCRA, o que se busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no País é a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a garantia do reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; a promoção da

igualdade de gênero na reforma agrária, além do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas. Entretanto, a maior crítica revelada sobre os assentamentos atualmente é de fato o aumento do desflorestamento dessas regiões e podemos perceber que os impactos na floresta e dos recursos naturais dentro dos assentamentos Santa Maria Auxiliadora e Matupi podem ser vistos e comparados.

Atualmente o Ministério público federal apontou o INCRA como o maior desmatador da Amazônia:

“A participação do INCRA no volume total de desmatamento da região também vem crescendo por conta da regularização ambiental da atividade pecuária. Historicamente, a criação de gado em áreas particulares era o principal vetor do desmatamento, mas dois anos depois dos acordos da Carne Legal, iniciados no Pará, as derrubadas em assentamentos estão ficando mais preocupantes. Elas representavam 18% do desmatamento em 2004, mas em 2010 atingiram um pico: somaram 31,1% de todo o desmatamento anual na Amazônia” (MPF, 2012).

O projeto de assentamento no Ipixuna é agroextrativista, neste projeto as famílias moram em uma agrovila, onde as famílias moram perto umas das outras, além da agrovila são destinadas as famílias lotes de produção, algumas famílias que possuem condições financeiras e podem fazer roças de farinha e outras plantações que atendem o consumo das famílias, além dos castanhais que estão nas áreas de uso comum das famílias e que não estão às áreas delimitadas pelos lotes. Raramente as famílias dos Ipixuna fazem grandes queimadas e derrubadas dentro de seus lotes de produção, mas algumas pessoas retiram madeira da floresta para construção e venda dentro do assentamento.

Ambos os assentamentos se diferem pelo tipo de população que foram assentadas. No Ipixuna a maioria das famílias reside na região por cerca de quarenta anos sendo a região do Ipixuna formada por população autóctone. Podemos assim

analisar, que as famílias são extensas e interagem umas com as outras de formas positivas e negativas.

Durante o ciclo de desenvolvimento grupodoméstico, essa integração do grupo social pode ser visto como “forma de comunidade”, principalmente quando nos questionamos em que momento do ciclo as famílias do Ipixuna estão: há famílias extensas com um casal maduro, na faixa dos 50 anos, e seus filhos casados com filhos pequenos. A organização econômica e familiar do grupo doméstico extenso ocorre em torno do casal mais velho, que é responsável pela produção de farinha, são proprietários das casas de farinha, são responsáveis pela roça e pela colheita do açaí e da castanha. Os filhos ajudam e às vezes moram em suas casas dos pais e também suas fazem refeição conjuntas. Os casais cabeças de família atualmente na faixa dos 50 anos são em sua maioria parentes entre si. Mesmo quem não é parente consanguíneo, como o caso de seu cachinauá em alguma fase do ciclo do desenvolvimento doméstico da comunidade, houve casamentos que estabeleceram relações de afinidade entre essas famílias, essa integração do grupo social pode ser visto como “forma de comunidade”.

O assentamento Matupí foi criado por iniciativa do INCRA em 1992. Neste assentamento as famílias moram dentro de seus lotes, que se estabelecem em forma de fazenda. Lá identificamos uma localidade formada por colonos onde a maioria é vinda de outros Estados brasileiros.

As famílias que chegam ao Matupí, em grande maioria das que compõem o assentamento são famílias nucleares, formados por jovens casais sem filhos, ou com filhos pequenos, o casal é geralmente a única mão-de-obra disponível para o cuidado do lote, e eles trazem consigo uma lógica de produção e valor da terra completamente diferente dos moradores autóctones do Sul do Amazonas.

Há varias pessoas no assentamento que trabalham em outros lotes, porém este trabalho é realizado em favor do dinheiro que recebem pelo serviço e não como uma relação recíproca de vizinhança que pode ser observada nas relações sociais de uma comunidade. Os assentados também trabalham em madeiras e pequenas ocupações que surgem em um pequeno pólo de comércio e serviços que existe na vila que há na “saída” do assentamento.

É em Santo Antônio do Matupí que foi levantando uma questão relevante no papel socioeconômico do assentamento. As maiorias das famílias relataram que já estiveram de passagem por outros assentamentos, em sua maioria os assentamentos de Rondônia, porem, quando questionados sobre o motivo de evasão dessas famílias para o Matupí, eles afirmavam que estavam sendo “apertados” e por isso foram em busca de outras terras. As famílias que compõe o assentamento Matupí geralmente são jovens casais que estão no início de ciclo de desenvolvimento doméstico. Com pouco dinheiro para investimento nas atividades de produção do lote, se não há dinheiro para custeio de um diarista para ajudar no lote, a mão de obra disponível é o casal.

O assentamento possui uma terra fraca para atividade agrícola, e a partir desse e de outros fatores podemos assim, analisar uma trajetória dos modos que os assentados produzem. Este esquema acontece em varias situações: a primeira parte do “modo de sobreviver no assentamento” se constitui na venda de toda madeira (desflorestamento) do lote; em seguida eles fazem o pasto para criação de gado, o tamanho do lote é de relativamente cinco hectares. Para a criação de uma cabeça de gado é necessário um hectare, supondo que uma família crie seis cabeças de gado, sendo vendido por R\$ 1.000,00 cada, e com o tempo de três anos até o gado estiver apto para o abate, o beneficio seria de R\$ 2.000,00 por ano.

Mesmo os moradores reconhecendo que em um lote menor em Rondônia a produção agrícola era maior, e com esse lote menor se conseguia uma melhor produção, eles estavam sendo “apertados”, em forma de hipótese este sentimento de aperto ganha sentido quando se há conflitos violentos gerados por grandes madeireiros e fazendeiros que estão comprando muitas terras ao redor dos assentados. Mesmo a terra sendo mais produtiva que no Matupi eles mudam em busca de outras terras.

Cronograma

| Descrição | Ago2009 | Set | Out | Nov | Dez | Jan 2010 | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul |
|---|---------|-----|-----|-----|-----|-------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Revisão bibliográfica | R | R | R | R | R | R | R | R | R | R | R | |
| Leitura e fichamento do material bibliográfico | R | R | R | R | | | R | R | | | | |
| Coleta de material em instituições | | | | | | R | R | | | | | |
| Elaboração de Textos | | | R | | R | | R | | R | | R | R |
| Organização de dados | | | | | | | | R | R | R | | |
| Apresentação parcial | | | | R | | | | | | | | |
| - Elaboração do Resumo e Relatório Final (atividade obrigatória) | | | | | | | | | | | | R |
| - Preparação da Apresentação Final para o Congresso (atividade obrigatória) | | | | | | | | | | | R | X |

R=Realizado X=Proposto

Referências Bibliográficas

ADAMS, Cristina *et al.* *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.) ; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (Org.) . *Populações Tradicionais Questões de Terra na Pan-Amazônia*. Belém: Associação de Universidades Amazônicas - UNAMAZ, v. 1. 104, 2006.

ALMEIDA, Alfredo W. B. “Universalismo e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia”. In: D’I e I.M. da Silveira (orgs.), *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. 1994. pp.521-537

ALMEIDA, Mauro. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas Rev. bras. Ci. Soc. v.19 n.55, 2004.

BARRETO FILHO, Henyo. “Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção”.In: *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006, p109-143.

BRAGA, L. WIGGERS, R: Assentamentos Rurais em questão: repensando uma categoria através da experiência do PAE Santa Maria Auxiliadora, Humaitá, AM. Trabalho apresentado no V simpósio internacional e VI simpósio nacional de geografia agrária. ISBN: 978-85-61586-31-7. Belém, 2011.

EMILIO, F. Moran; ELIONOR, Ostrom: *Ecosistemas florestais: interação homem ambiente*; Trad. Diógenes S. Alves e Mateus Bastistella. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA, L. V; VENTICINQUE. E; ALMEIDA, S. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas.*Estudos Avançados*. vol.19 Nº53 São Paulo. Jan./Apr. 2005.

_____, Clifford. O saber local. Novos ensaios de antropologia interpretativa, Petropolis: Ed Vozes, 1997.

GIRARDI, E. P; FERNANDESB. M. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro. In: FERNANDES, B. M; MEDEIROS, L. S; PAULINO, M. I (Org). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: UNESP, 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude. As estruturas elementares do *parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.

LITTLE, Paul. E. “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. *Anuário Antropológico 2003-2004*. Brasília, 2005.

SILVA, Viviane ; ALBERTO, Vettorazzi ; CARLOS, Padovani. Assentamento rural e a dinâmica da paisagem

WOORTMANN, Ellen. F; Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo-Brasília, 1995.